

1. Processo civil individual e coletivo.....	33
1.1. Introdução.....	33
1.2. Direito material individual e coletivo	34
1.3. Processo civil individual e coletivo	39
2. Princípios fundamentais do direito processual individual e coletivo ...	41
2.1. Noções gerais	41
2.2. Princípios fundamentais.....	41
2.3. Devido processo legal.....	42
2.4. Inafastabilidade do controle jurisdicional	43
2.5. A efetividade da tutela jurisdicional	44
2.6. Demais princípios fundamentais	44
3. A jurisdição.....	47
3.1. Noções gerais	47
3.2. Características fundamentais.....	47
3.3. Princípios da jurisdição	47
3.4. Classificações	48
3.5. Jurisdição individual e coletiva.....	49
3.6. Limites internacionais e internos.....	49
3.7. Formas alternativas para a solução dos conflitos intersubjetivos e coletivos.....	50
3.8. Jurisdição constitucional	52
3.8.1. Sistemas de controle de constitucionalidade	53
3.8.2. A legitimidade do Poder Judiciário	54
3.8.3. A expansão da jurisdição constitucional e a judicialização da política	54

3.8.4. Jurisdição coletiva	56
3.8.5. O ativismo judicial positivo	57
3.8.6. A modulação dos efeitos dos provimentos judiciais....	59
4. Competência.....	61
4.1. Noções gerais	61
4.2. Competência internacional	61
4.3. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	61
4.4. Competência interna	61
4.5. Critérios.....	62
4.6. Competência absoluta e competência relativa	63
4.7. Roteiro para a determinação da competência	64
4.8. Competência da Justiça Especial.....	64
4.9. Competência da Justiça Federal	65
4.9.1. A intervenção do MP Federal	66
4.9.2. Ainda a competência em razão da pessoa	68
4.9.3. Competência em razão da matéria.....	68
4.9.4. Competência funcional	69
4.9.5. Inalterabilidade da competência da Justiça Federal em razão de conexão	69
4.10. Competência da Justiça estadual.....	70
4.11. Foro e juízo.....	70
4.12. Foro geral e foros especiais.....	70
4.13. Modificações da competência	71
4.14. Conflito de competência.....	74
4.15. Competência e ações coletivas.....	74
4.15.1. Ação coletiva preventiva	75
4.15.2. A questão dos danos nacionais	75
4.15.3. A questão da delegação da competência da Justiça Federal à Estadual	76
4.15.4. A preocupação com a efetividade da tutela no caso de ação popular: a flexibilização da competência a favor do cidadão	78
4.15.5. A questão da competência para a ação de improbidade	80

4.15.6. As causas de modificação da competência (conexão e continência), a prevenção e a repercussão nas ações coletivas	81
5. Atos processuais, prazos, pressupostos processuais e nulidades.....	89
5.1. Atos e prazos processuais.....	89
5.2. Nulidades processuais.....	90
5.2.1. Princípio da instrumentalidade das formas.....	90
5.2.2. Nulidades e eficácia saneadora geral da coisa julgada	90
5.2.3. Princípio da causalidade e nulidades derivadas.....	90
5.2.4. Nulidades, atuação das partes e do juiz.....	91
5.2.5. Nulidades absolutas e relativas.....	91
5.2.6. Pronúncia de ofício de nulidade relativa	92
5.2.7. Nulidades cominadas e não cominadas.....	92
5.2.8. Nulidade pela falta de intervenção do Ministério Público...	92
5.2.9. Nulidades sanáveis, convalidação dos atos e continuidade do julgamento.....	93
5.2.10. Aproveitamento dos atos processuais	93
5.2.11. Nulidades e lealdade processual	94
5.2.12. Quadro sinótico das invalidades	94
5.3. Objeções processuais.....	95
5.4. Pressupostos processuais.....	95
5.4.1. Crítica à teoria dos pressupostos processuais.....	96
5.4.2. Função dos pressupostos processuais.....	96
6. Teoria da ação.....	99
6.1. Teorias da ação	99
6.2. Condições da ação	99
6.2.1. Possibilidade jurídica do pedido e pedido declaratório de inconstitucionalidade em ação civil pública.....	100
6.2.2. Interesse processual	101
6.2.3. Legitimidade das partes.....	101
6.3. A legitimidade e as ações coletivas.....	102
6.3.1. A peculiar questão da legitimidade passiva para a ação de improbidade administrativa	103

6.4. A necessidade de lei expressa sobre legitimidade	105
6.5. Legitimidade <i>ad causam</i> : ordinária e extraordinária	107
6.6. Legitimidade extraordinária e legitimação autônoma para a condução do processo	109
6.7. Legitimidade extraordinária e substituição processual.....	111
6.8. A escolha do representante adequado para a tutela de direitos metaindividuais.....	111
6.9. O Ministério Público	114
6.9.1. O Ministério Público e o processo civil	115
6.9.2. O Ministério Público como parte	116
6.9.2.1. O MP autor e a sua capacidade postulatória	116
6.9.2.2. Custas, despesas processuais e honorários advocatícios	119
6.9.2.3. Prazo diferenciado.....	120
6.9.2.4. Intimação pessoal com vista dos autos	120
6.9.2.5. Amplitude da legitimidade	121
6.9.3. O Ministério Público como fiscal da lei.....	123
6.9.3.1. A decisão sobre a necessidade da intervenção.....	125
6.9.3.2. Desnecessidade da atuação de mais de um membro do MP no mesmo feito.....	127
6.9.3.3. O conflito de atribuições.....	127
6.9.3.4. As hipóteses legais de intervenção	128
6.9.3.5. Causas em que há interesses de incapazes.....	129
6.9.3.6. Causas concernentes ao estado da pessoa, pátrio poder, tutela, curatela, interdição, casamento, declaração de ausência e disposição de última vontade .	129
6.9.3.7. Ações que envolvam litígios coletivos pela posse da terra rural e nas demais causas em que há interesse público evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da parte	130
6.9.3.8. As regras da intervenção do Ministério Público	133
6.9.3.9. Nulidade pela falta de intervenção do Ministério Público.....	133
6.9.4. O MP réu no processo civil	134
6.9.5. O Ministério Público e o processo coletivo.....	135

6.9.6. Litisconsórcio especial entre Ministérios Públicos.....	137
6.10. O setor público: União, Estados, Municípios e Distrito Federal.	139
6.10.1. Entidades e órgãos da Administração Pública, direta ou indireta: autarquias, empresas públicas, fundações, sociedades de economia mista e outros órgãos.....	139
6.10.2. Defensoria Pública.....	141
6.10.2.1. Assistência jurídica.....	142
6.10.2.2. Assistência judiciária.....	142
6.10.2.3. Atuação como assistente judicial em demandas individuais.....	143
6.10.2.4. Atuação como assistente judicial e como autora de demandas coletivas.....	144
6.11. O terceiro setor: as associações e outras entidades.....	145
6.11.1. A associação e a defesa de direitos de filiados de outra categoria.....	146
6.11.2. Os sindicatos.....	147
6.12. Ação popular: cidadão, pessoas jurídicas e Ministério Público..	148
6.13. Ação de improbidade: a citação da Pessoa Jurídica de Direito Público e possibilidade de formular pedido contra o réu.....	151
6.14. Elementos identificadores da demanda.....	154
6.15. Classificação das ações de conhecimento.....	154
7. Partes, litisconsórcio e intervenção de terceiros.....	155
7.1. Parte da relação jurídica processual.....	155
7.2. O litisconsórcio (cumulação subjetiva).....	155
7.2.1. Litisconsórcio ativo, passivo e misto.....	155
7.2.2. Litisconsórcio inicial ou ulterior.....	155
7.2.3. Litisconsórcio necessário ou facultativo.....	156
7.2.4. Intervenção <i>iussu iudicis</i>	157
7.2.5. O poder de limitação do litisconsórcio facultativo.....	158
7.2.6. Litisconsórcio unitário e simples.....	158
7.2.7. A autonomia entre os litisconsortes.....	158
7.2.8. A duplicação dos prazos processuais.....	158
7.2.9. A intervenção de terceiros.....	159

7.2.10. Intervenção voluntária e provocada.....	159
7.2.11. Quadro sinótico das modalidades.....	159
7.3. A assistência.....	160
7.3.1. Modalidades.....	160
7.3.2. Procedimento.....	160
7.3.3. Reflexos da sentença do processo principal.....	161
7.4. Oposição.....	161
7.5. Nomeação à autoria.....	161
7.6. Chamamento ao processo.....	162
7.7. Denúnciação da lide.....	163
7.7.1. A responsabilidade do Estado e do agente público.....	164
7.7.2. A questão da denúnciação da lide em ações coletivas ambientais	165
7.7.3. Denúnciação da lide e contrato de seguro.....	167
7.8. Recurso de terceiro.....	168
7.9. <i>Amicus curiae</i>	169
7.10. Intervenção anômala da União.....	173
7.11. Intervenção nas ações de alimentos.....	174
7.12. Restrições ao litisconsórcio em demandas individuais e coletivas como técnica de se garantir a estabilidade da demanda e a maior efetividade da tutela.....	175
7.13. Intervenção de terceiros nas ações coletivas.....	178
7.13.1. Ações coletivas e assistência.....	178
7.13.2. A questão da intervenção no processo objetivo de con- trole de constitucionalidade.....	183
7.13.3. Recurso de terceiro prejudicado.....	189
8. Procedimento comum: ordinário e sumário.....	190
8.1. Noções gerais.....	190
8.2. Princípios do procedimento.....	190
8.3. Procedimento ordinário.....	191
8.3.1. Petição inicial, o pedido, a demanda.....	191
8.3.2. Juízo de admissibilidade da inicial.....	192
8.3.2.1. Julgamento imediato das demandas repetitivas.....	192
8.3.3. Citação.....	192

8.3.4. Formação e suspensão do processo	193
8.3.5. A resposta do réu	194
8.3.5.1. Contestação.....	195
8.3.5.2. Exceções.....	195
8.3.5.3. Reconvenção.....	196
8.3.6. A revelia e os seus efeitos	197
8.3.7. Saneamento, providências preliminares e julgamento conforme o estado do processo	197
8.3.8. As audiências e a instrução do processo	199
8.4. O procedimento sumário.....	201
8.5. O procedimento no caso de ações coletivas.....	203
8.5.1. Flexibilidade procedimental na jurisdição coletiva	204
8.5.2. A possibilidade de cumulação de diversos pedidos	204
9. Da tutela jurisdicional e da antecipação dos seus efeitos	208
9.1. A tutela jurisdicional.....	208
9.2. A atualidade do estudo da tutela jurisdicional	208
9.3. Conceito.....	209
9.4. Necessária diferenciação da tutela jurisdicional	212
9.5. A tutela jurisdicional prestada às partes do processo	213
9.6. O contraditório e a efetividade.....	213
9.7. A busca da efetividade.....	214
9.8. A diferenciação da tutela como corolário da efetividade	215
9.9. A tutela jurisdicional diferenciada	216
9.10. Formas de diferenciação da prestação jurisdicional.....	220
9.11. A importância das tutelas sumárias e de urgência	222
9.12. A questão da cognição.....	223
9.13. A questão dos efeitos (mutáveis ou imutáveis) da tutela	228
9.14. A possibilidade de classificar a tutela jurisdicional	229
9.15. As classificações e a questão da atipicidade da tutela jurisdicional	230
9.16. Algumas classificações	231
9.16.1. A classificação segundo a tutela pretendida pelo autor	231
9.16.2. Tutela coletiva e tutela individual	232

9.16.3.	Tutela ressarcitória e tutela inibitória	233
9.16.3.1.	Natureza satisfativa da tutela inibitória.....	233
9.16.3.2.	A questão temporal	234
9.16.3.3.	A questão do objeto	234
9.16.3.4.	Fundamentos constitucionais da tutela inibitória	234
9.16.3.5.	Fundamentos legais da tutela inibitória	236
9.16.3.6.	Tutela inibitória: típica e atípica	237
9.16.3.7.	Tutela inibitória individual	239
9.16.3.8.	Tutela inibitória coletiva.....	240
9.16.4.	Tutela monitória	241
9.16.5.	Tutela específica	244
9.16.6.	Tutela de urgência, tutela sumária e tutela da evidência	245
9.17.	A antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional	249
9.17.1.	Modalidades.....	249
9.17.2.	Requisitos	250
9.17.3.	Momento processual	250
9.17.4.	Recursos	251
9.17.5.	Efetivação da tutela antecipada	251
10.	Das provas	253
10.1.	Noções gerais	253
10.2.	A prova na antiguidade.....	253
10.3.	Objetos da prova	253
10.4.	Valoração da prova	254
10.5.	Prova: sentido objetivo e subjetivo	254
10.6.	Momento de produção da prova.....	254
10.7.	Ônus da prova.....	254
10.8.	Inversão do ônus da prova.....	255
10.9.	Papel do juiz na produção da prova.....	256
10.10.	Límites à atividade probatória e provas ilícitas.....	256
10.11.	Provas típicas e atípicas	256
10.12.	Presunções.....	257
10.13.	Interrogatório e depoimento pessoal.....	257

10.14. A confissão	258
10.15. Prova documental	259
10.16. Exibição de documento ou coisa	261
10.17. Prova pericial.....	261
10.18. Prova testemunhal.....	262
10.19. Inspeção judicial.....	264
10.20. O incremento dos poderes instrutórios do juiz nas ações coletivas	264
10.20.1. Prova difícil (prova diabólica)	267
10.20.2. Ônus econômico da prova e a questão de sua inversão	268
11. Sentença, reexame necessário e coisa julgada	270
11.1. Conceito de sentença	270
11.2. Espécies de sentença.....	270
11.3. Elementos da sentença.....	270
11.4. Regra da congruência.....	271
11.4.1. Aspectos do princípio da congruência nas ações coletivas	271
11.4.2. A questão particular da anulação de cláusulas contratuais e ofício no caso de relação de consumo	281
11.4.3. A declaração, de ofício, de nulidade de cláusula de eleição de foro em contrato de consumo Pronúncia de ofício de incompetência relativa?	283
11.4.4. A natural instabilidade das sentenças determinativas	285
11.5. Vícios da sentença.....	287
11.6. A sentença e os fatos supervenientes	287
11.7. Alteração da sentença	287
11.8. Hipoteca judiciária	287
11.9. Sentença substitutiva da declaração de vontade	288
11.10. Capítulos de sentença	288
11.11. Reexame necessário	288
11.11.1. O reexame necessário e as ações coletivas.....	289
11.12. Coisa julgada	292
11.13. Limites da coisa julgada	292
11.14. Incongruência subjetiva da coisa julgada nas ações coletivas....	293
11.14.1. Extensão para beneficiar (<i>in utilibus</i>).....	295

11.14.2. Condicionamento da coisa julgada ao resultado do processo e às provas produzidas	295
11.14.3. Impossibilidade de extensão da imutabilidade a quem não ocupou o polo passivo da demanda coletiva	297
11.15. A questão da relativização da coisa julgada	298
11.15.1. Relativização legal da coisa julgada: a coisa julgada inconstitucional.....	300
11.15.2. Relativização na jurisprudência	300
11.16. Limites territoriais da coisa julgada	301
11.17. Limite temporal da coisa julgada.....	302
12. Recursos e ações autônomas.....	303
12.1. Os recursos e as ações autônomas	303
12.2. A ação rescisória.....	303
12.2.1. Requisito específico	303
12.2.2. Pedidos	303
12.2.3. Rol taxativo.....	303
12.2.4. Exclusão da ação.....	304
12.2.5. Fundamentos	304
12.2.6. Legitimidade ativa	305
12.2.7. Legitimidade passiva	305
12.2.8. Requisitos da inicial	305
12.2.9. Pedido.....	305
12.2.10. Depósito inicial	305
12.2.11. Dispensa do depósito	305
12.2.12. Competência.....	306
12.2.13. Tutela de urgência	306
12.2.14. Procedimento	306
12.2.15. Recursos.....	306
12.2.16. Prazo decadencial	306
12.3. Ação anulatória.....	307
12.3.1. Hipóteses	307
12.3.2. Finalidade	307
12.3.3. Competência.....	307

12.3.4.	Prazo decadencial	307
12.3.5.	Procedimento	307
12.4.	Teoria geral dos recursos	307
12.5.	Princípios aplicáveis aos recursos	308
12.6.	Efeitos dos recursos	309
12.7.	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	310
12.8.	Pressupostos recursais	310
12.9.	O papel do relator nos recursos	310
12.10.	Recurso de terceiro	311
12.11.	Recurso adesivo	311
12.12.	Apelação	311
12.12.1.	Não cabimento de apelação	312
12.12.2.	Vedação à juntada de documentos	312
12.12.3.	Juízo de admissibilidade	312
12.12.4.	Amplitude da apelação	312
12.12.5.	Efeitos	312
12.12.6.	Alegação de fatos novos	313
12.12.7.	Preparo	313
12.12.8.	Procedimento no tribunal	313
12.12.9.	Julgamento da lide com supressão de instância	313
12.12.10.	Súmula impeditiva do recurso de apelação	314
12.12.11.	Princípio da continuidade do julgamento	314
12.13.	Recurso de agravo	314
12.13.1.	Regimes	314
12.13.2.	Exemplos de cabimento do agravo de instrumento ...	315
12.13.3.	Juízo de retratação	315
12.13.4.	Agravo retido	315
12.13.5.	Agravo de instrumento	316
12.14.	Embargos infringentes	316
12.14.1.	Procedimento	318
12.15.	Embargos de declaração	318
12.15.1.	Procedimento	319

12.15.2. Embargos protelatórios.....	319
12.16. Recurso ordinário constitucional.....	319
12.17. Recurso especial e recurso extraordinário.....	320
12.17.1. Características comuns.....	320
12.17.2. Procedimento.....	321
12.17.3. Interposição simultânea dos recursos.....	322
12.17.4. Restrições.....	322
12.17.5. Fundamentos do recurso extraordinário.....	322
12.17.6. Repercussão geral.....	323
12.17.7. Fundamentos do recurso especial.....	323
12.17.8. Recurso especial e demandas repetitivas.....	324
12.18. Embargos de divergência.....	324
12.19. O sistema recursal e as ações coletivas.....	325
12.19.1. Recursos desprovidos de efeito suspensivo automático.....	325
12.19.2. O Estatuto da Criança e do Adolescente.....	325
13. Liquidação da sentença.....	327
13.1. Noções gerais.....	327
13.2. Necessidade da liquidação.....	327
13.3. Sentença condenatória genérica no processo individual e no processo coletivo.....	328
13.4. Finalidade da liquidação: apuração da quantia devida.....	329
13.5. Desnecessidade de procedimento liquidatório típico.....	330
13.6. Liquidação sem citação.....	331
13.7. Liquidação com citação.....	331
13.8. Liquidação na pendência de recurso e em autos apartados.....	331
13.9. Liquidação nos autos principais.....	332
13.10. Liquidação de capítulo da sentença.....	332
13.11. Os procedimentos para a liquidação.....	332
13.12. A liquidação e a tutela dos direitos difusos e coletivos.....	332
13.13. A tutela dos direitos individuais homogêneos.....	333
13.13.1. A necessidade de liquidação.....	333
13.13.2. Liquidação individual (habilitação) e coletiva.....	334

13.13.3. Liquidação residual.....	335
13.13.3.1. Natureza do prazo.....	338
13.14. Competência para a liquidação na jurisdição coletiva.....	338
13.15. Legitimidade passiva para a liquidação	339
14. Cumprimento da sentença.....	341
14.1. Jurisdição, cognição e execução	341
14.2. A autonomia da execução	341
14.3. Dicotomia e sincretismo processual.....	341
14.4. O princípio <i>nulla executio sine titulo</i> na atualidade.....	343
14.5. Espécies de medidas executivas.....	343
14.6. Execução e princípio do contraditório	344
14.7. A aplicação subsidiária das normas do processo de conhecimento e a necessária interação entre os Livros I e II do CPC....	344
14.8. Princípios fundamentais da execução civil.....	344
14.9. O cumprimento de sentença	346
14.9.1. Competência	346
14.9.2. Cumprimento provisório.....	346
14.9.3. Execução da obrigação de pagar quantia certa.....	347
14.9.3.1. Multa coercitiva.....	347
14.9.3.2. Requerimento inicial e princípio da demanda	347
14.9.3.3. Prazo para o requerimento inicial	348
14.9.3.4. Averbação da certidão comprobatória do ajuizamento da execução.....	348
14.9.3.5. Juízo de admissibilidade	348
14.9.3.6. A imediata fixação de honorários.....	348
14.9.3.7. A questão da prescrição.....	349
14.9.3.8. Indicação e nomeação de bens à penhora	349
14.9.3.9. Penhora, avaliação e intimação	350
14.9.3.10. Aplicação subsidiária do Livro II do CPC.....	350
14.9.3.11. Sentença extintiva.....	350
14.9.4. Efetivação das obrigações de fazer e de não fazer	350
14.9.5. Efetivação da obrigação de entrega de coisa.....	350
14.10. A impugnação ao cumprimento de sentença.....	351

14.11. A execução imprópria.....	351
15. O processo de execução: legitimidade e responsabilidade patrimonial	353
15.1. A instauração do processo de execução.....	353
15.2. A legitimidade para a execução: ordinária, extraordinária e superveniente	354
15.2.1. Legitimidade ativa.....	354
15.2.2. Legitimidade passiva	356
15.2.2.1. Legitimidade passiva secundária ou subsidiária	357
15.3. Litisconsórcio e intervenção de terceiros.....	357
15.4. O título executivo.....	358
15.5. Títulos executivos extrajudiciais.....	359
15.6. Responsabilidade patrimonial e fraude de execução.....	361
15.6.1. Responsabilidade patrimonial do devedor.....	362
15.6.2. Responsabilidade patrimonial do sucessor	367
15.6.3. Responsabilidade do sócio e desconsideração da personalidade jurídica.....	367
15.6.4. Bens em poder de terceiros.....	369
15.6.5. Responsabilidade do cônjuge	369
15.6.6. Fraude de execução	369
16. Espécies de execução	373
16.1. Noções gerais	373
16.2. A execução por quantia contra devedor solvente.....	373
16.2.1. Petição inicial.....	374
16.2.2. A averbação da certidão comprobatória do ajuizamento da execução.....	374
16.2.3. Juízo de admissibilidade	375
16.2.4. Citação e arresto	375
16.2.5. Nomeação de bens.....	376
16.2.6. Curador especial.....	376
16.2.7. Pagamento (ou remição).....	377
16.2.8. Penhora	377
16.2.9. Avaliação.....	381
16.2.10. Expropriação de bens	381

16.2.11. Pagamento ao credor	385
16.2.12. Concurso de credores	385
16.2.13. Sentença extintiva da execução.....	385
16.2.14. Coisa julgada material	385
16.3. A execução contra a Fazenda Pública	385
16.4. A execução de alimentos.....	387
16.4.1. A questão da incidência ou não das mudanças trazidas pela Lei n. 11.232/2005	389
16.5. A execução das obrigações de fazer e de não fazer.....	390
16.6. A execução para entrega de coisa	392
16.7. Insolvência.....	393
17. Oposição do devedor	397
17.1. Noções gerais	397
17.2. Embargos do devedor.....	398
17.2.1. A segurança do juízo.....	399
17.2.2. Legitimidade.....	399
17.2.3. Prazos.....	399
17.2.4. Competência	400
17.2.5. Efeito suspensivo.....	400
17.2.6. Impugnação, instrução e julgamento	401
17.3. Exceção ou objeção de pré-executividade	401
17.4. Ações prejudiciais à execução (defesa heterotópica)	403
18. A tutela cautelar.....	404
18.1. Noções gerais	404
18.2. Principais características da tutela cautelar.....	404
18.3. Poder geral de cautela	406
18.4. Sistema misto da tutela cautelar	407
18.5. Requisitos da tutela cautelar.....	408
18.6. Condições da ação, mérito e coisa julgada na ação cautelar	409
18.7. Direito substancial de cautela.....	410
18.8. Tutela cautelar, tutela antecipada e fungibilidade.....	411
18.9. Revisitação dos fundamentos dogmáticos da tutela cautelar.....	412

18.10. Procedimento cautelar comum.....	412
18.10.1. Competência.....	413
18.10.2. Petição inicial, juízo de admissibilidade e citação.....	413
18.10.3. Contestação, revelia, instrução e julgamento.....	414
18.10.4. A liminar, sua eficácia temporal e sua efetivação.....	415
18.11. Arresto.....	417
18.12. Sequestro.....	418
18.13. Caução.....	419
18.14. Busca e apreensão.....	420
18.15. Exibição.....	421
18.16. Produção antecipada de provas.....	421
18.17. Alimentos provisionais.....	422
18.18. Arrolamento de bens.....	423
18.19. Justificação.....	424
18.20. Protestos, notificações e interpelações.....	424
18.21. Homologação de penhor legal.....	425
18.22. Posse em nome do nascituro.....	426
18.23. Atentado.....	427
18.24. Protesto e apreensão de títulos.....	428
18.25. Outras medidas provisionais.....	429
19. Processo eletrônico.....	430
19.1. Noções gerais.....	430
19.2. Da informatização do processo judicial.....	431
19.3. Conceitos fundamentais.....	431
19.4. Garantia fundamental dos cidadãos.....	431
19.5. Das formas para a prática de atos processuais.....	432
19.6. Da comunicação eletrônica dos atos processuais.....	432
19.7. Regra para a contagem do prazo no caso de comunicação eletrônica.....	433
19.8. O documento eletrônico.....	433
19.9. Vocabulário mínimo do processo eletrônico.....	434
19.9.1. Autoridade certificadora.....	434
19.9.2. Certificado digital.....	434

19.9.3. Assinatura digital	435
19.10. A equiparação entre o documento eletrônico e o tradicional....	435
19.11. A arguição de falsidade do documento original	436
19.12. O ônus da preservação dos documentos originais	436
20. Principais procedimentos especiais.....	438
20.1. Consignação em pagamento.....	438
20.1.1. Cabimento da consignação.....	438
20.1.2. Objeto da consignação.....	438
20.1.3. Finalidade do procedimento.....	439
20.1.4. Procedimento extrajudicial.....	439
20.1.4.1. Exclusão	439
20.1.4.2. Facultatividade.....	439
20.1.5. Procedimento.....	439
20.1.6. Ação de consignação em pagamento.....	440
20.1.6.1. Ação dúplice	440
20.1.6.2. Ação declaratória	440
20.1.6.3. Antecipação dos efeitos da tutela.....	441
20.1.6.4. Competência	441
20.1.6.5. Legitimidade.....	441
20.1.6.6. Cumulação de pedidos.....	442
20.1.6.7. Depósito inicial.....	442
20.1.6.8. Citação.....	442
20.1.6.9. Audiência de oblação.....	442
20.1.6.10. Resposta do réu	442
20.1.6.10.1.Reconvenção	443
20.1.6.11. Julgamento antecipado da lide	443
20.1.6.12. Instrução e julgamento.....	444
20.1.6.13. Natureza da sentença	444
20.1.6.14. Consignação no caso de obrigação alternativa	444
20.2. Ação de depósito	444
20.2.1. O depositário judicial	445
20.2.2. A recusa ao encargo de depositário.....	445

20.2.3.	Ações decorrentes do depósito	446
20.2.4.	A ação de depósito.....	446
20.2.4.1.	Natureza jurídica da ação.....	446
20.2.4.2.	Não cabimento da ação.....	446
20.2.4.3.	Foro competente.....	447
20.2.4.4.	Legitimidade: ativa e passiva	447
20.2.4.5.	Inicial e resposta.....	447
20.2.4.6.	Procedimento ordinário, sentença e cumprimento	448
20.2.5.	A inadmissibilidade da prisão civil do depositário infiel	449
20.3.	Ação de prestação de conta	450
20.3.1.	Finalidade das ações	450
20.3.2.	Hipóteses comuns na prática forense	450
20.3.3.	Natureza jurídica da ação.....	450
20.3.4.	Ação dúplice.....	450
20.3.5.	Legitimidade.....	451
20.3.6.	Das fases da ação de exigir contas.....	451
20.3.7.	Da ação de dar contas.....	451
20.3.8.	Prestação de contas em apenso aos autos principais....	451
20.4.	Ações possessórias	452
20.4.1.	O direito de posse.....	452
20.4.2.	Natureza jurídica	453
20.4.2.1.	Classificações do direito material.....	453
20.4.3.	Legítima defesa da posse	454
20.4.4.	A ação possessória contra o proprietário.....	454
20.4.5.	Intervenção do cônjuge	454
20.4.6.	Limite na cognição horizontal.....	455
20.4.7.	A proibição de intentar ação de reconhecimento do domínio na pendência de ação possessória	455
20.4.8.	A fungibilidade	455
20.4.9.	A duplicidade.....	456
20.4.10.	A liminar de proteção possessória.....	456
20.4.11.	A audiência de justificação prévia	457

20.4.12. Cumulação de pedidos.....	457
20.4.13. Dos procedimentos	457
20.4.14. As ações de manutenção e de reintegração de posse ..	458
20.4.15. O interdito proibitório.....	459
20.5. Nunciação de obra nova.....	460
20.5.1. Objeto da ação	460
20.5.2. Não cabimento da ação	460
20.5.3. Conceito de obra nova.....	460
20.5.4. A questão da contiguidade dos prédios.....	461
20.5.5. Invasão mínima da propriedade alheia.....	461
20.5.6. Infração aos regulamentos administrativos	461
20.5.7. Legitimidade ativa.....	461
20.5.8. Legitimidade passiva	462
20.5.9. A questão da participação do cônjuge.....	462
20.5.10. Competência	463
20.5.11. Aspectos procedimentais.....	463
20.5.12. Efetivação da sentença	464
20.5.13. Embargo extrajudicial.....	464
20.6. Ação de usucapião	465
20.6.1. Usucapião extraordinária (de longo prazo).....	465
20.6.2. Usucapião ordinária	466
20.6.3. Usucapião especial ou constitucional	466
20.6.3.1. Usucapião especial rural (<i>pro labore</i>)	466
20.6.3.2. Usucapião especial urbana (pró-moradia).....	467
20.6.3.2.1. Usucapião especial urbana individual	467
20.6.3.2.2. Usucapião especial urbana coletiva.....	468
20.6.4. Usucapião indígena	469
20.6.5. Espécies de usucapião e procedimentos	469
20.6.6. Procedimento da ação de usucapião de terras parti- culares	470
20.6.6.1. Interesse na propositura da ação.....	470
20.6.6.2. Necessidade do processo.....	470

20.6.6.3.	Competência	470
20.6.6.4.	A petição inicial	471
20.6.6.5.	A audiência preliminar	471
20.6.6.6.	Citações e intimações	472
20.6.6.7.	A intervenção do Ministério Público	472
20.6.6.8.	A sentença	472
20.6.7.	A usucapião arguida como defesa (exceção de usucapião)	472
20.7.	Inventário, partilha e arrolamento	473
20.7.1.	Processo necessário	474
20.7.2.	Procedimentos	474
20.7.3.	Inventário negativo	474
20.7.4.	Herdeiro único	474
20.7.5.	Inventário notarial	475
20.7.6.	Sobrepilha administrativa	476
20.7.7.	Inventário judicial	476
20.7.7.1.	O espólio, o administrador e o inventariante	476
20.7.7.2.	Competência	477
20.7.7.3.	As primeiras declarações	477
20.7.7.4.	Citações e intimações	478
20.7.7.5.	Impugnações e colações	478
20.7.7.6.	Avaliação e cálculo do imposto	479
20.7.7.7.	Últimas declarações e cálculo do imposto	479
20.7.7.8.	Sonegados	480
20.7.7.9.	Pagamento de dívidas	480
20.7.8.	Da partilha	481
20.7.9.	Arrolamento sumário	481
20.8.	Embargos de terceiro	482
20.8.1.	Natureza jurídica	482
20.8.2.	A sumariedade material	482
20.8.3.	Competência	483
20.8.4.	O prazo para o ajuizamento da ação	483
20.8.5.	Legitimidade ativa	483

20.8.6.	A legitimidade passiva.....	484
20.8.7.	Citação.....	484
20.8.8.	Procedimento.....	484
20.8.9.	Liminar e justificação prévia	484
20.8.10.	Suspensão do processo.....	485
20.8.11.	Os limites da resposta do réu.....	485
20.8.12.	A sumariedade do rito.....	486
20.8.13.	Sentença e coisa julgada nos embargos.....	486
20.9.	Habilitação.....	486
20.9.1.	A ação de habilitação.....	487
20.9.2.	Competência.....	487
20.9.3.	Legitimidade.....	487
20.9.4.	Procedimento.....	487
20.9.5.	Sucessão processual.....	487
20.9.6.	Dispensa da ação de habilitação.....	488
20.10.	Ação monitória.....	488
20.10.1.	Técnica do contraditório eventual.....	488
20.10.2.	Espécies de ação monitória.....	489
20.10.3.	Natureza jurídica.....	489
20.10.4.	Processo monitório.....	490
20.10.5.	Cognição sumária.....	490
20.10.6.	Ação documental e atributos do documento.....	490
20.10.7.	Portador de título executivo e opção pela monitória....	491
20.10.8.	A facultatividade do rito.....	491
20.10.9.	A questão da conversão do rito (fungibilidade).....	491
20.10.10.	Cheque prescrito e outros documentos.....	491
20.10.11.	Exclusão da ação.....	492
20.10.12.	Competência.....	492
20.10.13.	Substanciação da demanda.....	493
20.10.14.	A decisão liminar.....	493
20.10.15.	A recorribilidade da decisão que indefere a inicial.....	493
20.10.16.	A (ir)recorribilidade da decisão que defere a inicial...	493

20.10.17. Citação.....	494
20.10.18. O polo passivo e a Fazenda Pública.....	494
20.10.19. As atitudes do réu.....	494
20.10.20. Os embargos na ação monitória.....	495
20.10.21. A reconvenção.....	496
20.10.22. A constituição do título executivo.....	496
20.10.23. A execução e a impugnação ao cumprimento da sentença	496
20.10.24. Monitória e Juizados Especiais	497
20.11. Ação de divisão e de demarcação de terras particulares.....	497
20.11.1. Processo único em duas fases	499
20.11.2. Noções gerais da ação de divisão	499
20.11.3. Noções gerais da ação de demarcação	500
20.11.4. Possibilidade de cumulação.....	500
20.11.5. Natureza jurídica.....	501
20.11.6. Ações dúplices.....	501
20.11.7. Imprescritibilidade.....	501
20.11.8. Competência	501
20.11.9. Valor da causa	501
20.11.10. Procedimento da demarcação	502
20.11.10.1. Litisconsórcio passivo necessário.....	502
20.11.10.2. Resposta.....	502
20.11.10.3. Procedimento ordinário	503
20.11.10.4. Primeira sentença.....	503
20.11.10.5. Segunda fase.....	503
20.11.10.6. Sentença homologatória	503
20.11.11. Procedimento da divisão	503
20.11.11.1. Limites à divisão.....	504
20.11.11.2. Cumulação com indenização	504
20.11.11.3. Litisconsórcio passivo necessário.....	504
20.11.11.4. Especificação de eventuais benfeitorias.....	504
20.11.11.5. Prazo para resposta.....	504
20.11.11.6. Procedimento ordinário	505

20.11.11.7. Primeira sentença	505
20.11.11.8. Segunda fase.....	505
20.11.11.9. A reivindicação inerente à demarcação.....	506
20.12. Procedimentos de jurisdição voluntária.....	506
20.12.1. Natureza jurídica.....	506
20.12.2. Inexistência de lide	507
20.12.3. Inexistência de coisa julgada material.....	507
20.12.4. Existência de processo	507
20.12.5. Existência de procedimento.....	508
20.12.6. Existência de partes.....	508
20.12.7. A questão da substitutividade	508
20.12.8. Atuação <i>ex officio</i> do juiz.....	508
20.12.9. Relativização da regra da congruência.....	509
20.12.10. Poderes instrutórios do juiz	509
20.12.11. Não submissão do magistrado à legalidade estrita	509
20.12.12. A tipicidade da jurisdição voluntária.....	509
20.12.13. A intervenção do Ministério Público.....	509
20.12.14. Procedimento comum.....	510
20.12.14.1. Competência.....	510
20.12.14.2. Princípio da demanda.....	511
20.12.14.3. Juízo de admissibilidade, citações e intimações	511
20.12.14.4. Resposta.....	511
20.12.14.4.1. Conversão do procedimento (litigiosidade incidental).....	511
20.12.14.5. Instrução e julgamento	512
20.12.14.6. Recursos.....	512
20.12.15. Pretensões submetidas à jurisdição voluntária	512
20.13. Ação de mandado de segurança	513
20.13.1. Natureza jurídica	514
20.13.2. Finalidade específica.....	515
20.13.3. Utilidade e adequação	515
20.13.4. Ato de autoridade.....	515

20.13.5. Direito líquido e certo.....	516
20.13.6. Limitação à cognição judicial.....	517
20.13.7. Inadequação da ação para controle de constitucionalidade	518
20.13.8. Inadequação da ação para discutir lei em tese	518
20.13.9. Mandado de segurança preventivo	518
20.13.10. As partes no mandado de segurança.....	518
20.13.10.1. Litisconsórcio.....	520
20.13.10.2. Intervenção de terceiros	521
20.13.11. A legitimidade recursal da autoridade coatora	521
20.13.12. Procedimento	521
20.13.12.1. Petição inicial	521
20.13.12.2. Juízo de admissibilidade ou juízo de mérito antecipado	522
20.13.12.3. Denegação da segurança.....	522
20.13.12.4. Notificação, citação e intimação.....	523
20.13.12.5. Informações.....	523
20.13.12.6. Liminar.....	523
20.13.12.6.1. Recorribilidade da decisão	524
20.13.12.6.2. Restrições ao poder de conceder a ordem liminarmente.....	525
20.13.12.6.3. Inexistência de discricionariedade.....	525
20.13.12.6.4. Perempção da tutela de urgência	525
20.13.12.6.5. O condicionamento da liminar	526
20.13.12.6.6. Eficácia temporal da liminar.....	527
20.13.12.6.7. Prioridade de julgamento	527
20.13.12.7. Intervenção da pessoa jurídica de direito público e contestação do litisconsorte.....	527
20.13.12.8. Manifestação do Ministério Público	528
20.13.12.9. Decisão de mérito, intimações, recurso cabível e efeitos.....	528
20.13.12.10. Reexame necessário.....	530
20.13.12.11. Execução provisória	530

20.13.12.12. Aplicação das medidas de apoio e do <i>contempt of court</i>	530
20.13.12.13. Exclusão dos honorários advocatícios	531
20.13.12.14. Restrições e privilégios do Poder Público .	531
20.13.12.15. Coisa julgada	533
20.13.12.16. Perempção da ação de mandado de segurança	534
20.13.12.17. A regulamentação do mandado de segurança coletivo	534
21. Inquérito civil e compromisso de ajustamento de conduta.....	536
21.1. Introdução	536
21.2. Noções gerais	536
21.3. Natureza jurídica.....	536
21.4. Procedimento preparatório.....	537
21.5. Prazo de conclusão do procedimento preparatório.....	537
21.6. Finalidade	538
21.7. Dispensa do inquérito civil.....	538
21.8. Instauração.....	538
21.8.1. Instrumento exclusivo do MP.....	538
21.8.2. Presidência.....	539
21.8.3. Iniciativa da instauração.....	539
21.8.4. A portaria	540
21.8.5. Aditamento da portaria	540
21.8.6. Atribuição e conflito de atribuições	540
21.8.7. Prazo para a conclusão	541
21.8.8. Do requerimento para instauração de inquérito civil ...	541
21.8.9. Manifestação anônima.....	541
21.8.10. Indeferimento da representação.....	542
21.8.11. Recurso do indeferimento	542
21.9. Poderes instrutórios.....	542
21.10. Compromisso de ajustamento de conduta.....	544
21.11. Arquivamento do inquérito civil.....	545
21.12. Remessa do arquivamento para controle.....	546

21.13. Órgão de revisão.....	546
21.14. Publicidade e participação.....	547
21.15. Deliberações.....	547
21.16. Propositura de ação coletiva parcial: a vedação ao arquivamento implícito.....	547
21.17. Desarquivamento.....	548
21.18. Da recomendação.....	548
21.19. Questões especiais.....	548
21.19.1. Inquérito civil, sindicância e outros procedimentos ...	548
21.19.2. Matérias que podem ser objeto do inquérito civil.....	550
21.19.3. É possível a reabertura do inquérito sem a superveniência de prova nova? Pode haver a reapreciação das mesmas provas?.....	551